

## **LUTAS E RESISTÊNCIA NO XINGU: ESTRATÉGIAS ESCALARES NO ENFRENTAMENTO À UHE BELO MONTE**

### **STRUGGLES AND RESISTANCE IN XINGU: SCALAR STRATEGIES IN THE BATTLE AGAINST BELO MONTE HPP**

### **LUTAS Y RESISTENCIA EN EL XINGU: ESTRATEGIAS ESCALARES EN EL ENFRENTAMIENTO A LA UHE BELO MONTE**

**Madson José Nascimento Quaresma**

Universidade do Estado do Pará, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, Belém, Brasil

[madsonqua@hotmail.com](mailto:madsonqua@hotmail.com)

#### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo mostrar quais as lutas e resistência utilizada pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre – MXVPS no enfrentamento aos problemas sociais ocasionados pelo projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, demonstrar a importância de compreender quais os processos em suas múltiplas escalas que desencadeiam a construção caótica do desse empreendimento para assim poder construir estratégias eficazes de embate. Este trabalho se divide em duas partes, na primeira trataremos a escala enquanto construção social na qual a sua organização privilegia ou oculta agentes sociais importantes de um determinado lugar; na segunda mostraremos como isso acontece na prática a partir da experiência do MXVPS. De antemão gostaríamos de deixar claro, que conhecemos as questões epistemológicas que existem em torno do conceito de escala, entretanto, não é nosso objetivo fazer neste momento tal debate, concentraremos nossos esforços aqui na interpretação das ações tomadas a partir do uso desse instrumento por agentes hegemônicos para criar as normas e leis em seu benefício.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Escalas; Políticas de Escala; Amazônia.

#### **ABSTRACT**

The purpose of this article is to show the struggles and resistance used by the Xingu Vivo Para Sempre - MXVPS Movement in facing the social problems caused by the Belo Monte Hydroelectric Power Plant project, to demonstrate the importance of understanding the processes at their multiple scales that trigger the chaotic construction of this enterprise so as to be able to construct effective strategies of struggle. This work is divided in two parts, in the first we will treat scale as a social construction in which its organization privileges or hides important social agents of a certain place; in the second we will show how this happens in practice from the MXVPS experience. In advance we would like to make it clear that we know the epistemological questions that exist around the concept of scale, however, it is not our goal to make such a debate at the moment, we will concentrate our efforts here on the interpretation of the actions taken from the use of this instrument by agents hegemonic to create the norms and laws to their benefit.

**Key Words:** Social Movements; Scales; Scale Policies; Amazon.

#### **RESUMEN**

El presente artículo tiene como objetivo mostrar cuáles son las luchas y resistencia utilizada por el Movimiento Xingu Vivo para Siempre - MXVPS en el enfrentamiento a los problemas sociales ocasionados por el proyecto de la Usina Hidroeléctrica de Belo Monte, demostrar la importancia de comprender cuáles los procesos en sus múltiples escalas que desencadenan la construcción caótica de ese emprendimiento para así poder construir estrategias eficaces de embate. Este trabajo se

divide en dos partes, en la primera trataremos la escala como construcción social en la que su organización privilegia u oculta agentes sociales importantes de un determinado lugar; en la segunda mostraremos cómo esto sucede en la práctica a partir de la experiencia del MXVPS. De antemano nos gustaría dejar claro, que conocemos las cuestiones epistemológicas que existen en torno al concepto de escala, sin embargo, no es nuestro objetivo hacer en este momento tal debate, concentraremos nuestros esfuerzos aquí en la interpretación de las acciones tomadas a partir del uso de ese instrumento por agentes hegemónicos para crear las normas y leyes en su beneficio.

**Palabras clave:** Movimientos Sociales; escalas; Políticas de Escala; Amazonía.

## **ESCALAS DA AÇÃO E O PODER DA ESTRATÉGIA ESCALAR NA PRODUÇÃO SOCIAL: ORGANIZAÇÃO E DOMINAÇÃO**

Smith (1988) um dos grandes nomes da discussão sobre escalas aponta como essencial para se entender o desenvolvimento desigual que o capitalismo gera que possamos entender a origem das escalas geográficas. Para ele, a origem das escalas do Capital está ligada na mesma lógica da acumulação do capital e de sua tendência para o desenvolvimento desigual. Brenner (2013), seguindo um pouco além, afirma que existe uma articulação entre escalas engendradas pelo capital, seriam elas; escala do espaço urbano; a escala da Nação-Estado e do espaço global, criaram um reescalonamento na economia mundial o qual acelerou ainda mais o processo de mobilidade do Capital.

As três escalas estão engendradas pelo desenvolvimento desigual do capital, suas funções dentro deste processo de acumulação são bastante específicas, onde a escala urbana será a expressão necessária do capital produtivo e o lugar onde se concentra e atualiza os meios de produção e força de trabalho; a escala global será definida pelo capitalismo como a “escala geográfica global à sua própria imagem” Smith (1988, p.202). É a partir desse escalonamento que o capital realiza suas homogeneizações pela relação capital – trabalho e valor. Estes dois autores nos ajudam a pensar a Escala enquanto construção histórica e como atualmente ela é a expressão da estrutura do Capital no seu movimento de acumulação.

Essa hierarquização, onde as escalas são perfeitamente encaixadas e ordenadas sob uma perspectiva ascendente que vai das menores às maiores é tida como “sistêmica” por Wallerstein (1991), que questiona a validade da forma de análise da origem da sociedade, para ele, nessa linha de pensamento a modernidade aparece como um processo contínuo, com rupturas é verdade, mas ainda assim uma interpretação que mostra as transformações da sociedade de forma ascendente como se passassem do local, para o nacional até chegar nos dias atuais no internacional/global.

Wallerstein contesta essa lógica organizada e encaixada de interpretação afirmando que antes mesmo de existirem “economias nacionais”, já existia uma economia-mundo

invertendo assim a lógica da interpretação do desenvolvimento da sociedade moderna. Afirma ele:

A transição do feudalismo ao capitalismo envolveu primeiramente a criação de uma economia-mundo. Isto é, a divisão social do trabalho veio a existência através de transformação do comércio de longa distância, que era de bens de luxo, em comércio de bens essenciais ou de massa, vinculando processos que eram largamente dispersos em extensas cadeias mercantis. Tais cadeias já estavam lá no século XVI, antecedem qualquer coisa que pudesse ser chamado de “economias nacionais”. Por outro lado, estas cadeias somente poderiam estar seguras através da construção de um sistema interestatal coordenado com as fronteiras de divisão social do trabalho real, a economia-mundo capitalista. Os estados soberanos foram instituições criadas então, no âmbito desse (expansivo) sistemas interestatal, foram definidas por ele e derivaram sua legitimidade da combinação de auto-afirmação jurídica e reconhecimento pelo que é a essência do que quer dizer “soberania”. (WALLERSTEIN, 1991, p.73).

Wallerstein nos traz uma nova possibilidade de leitura escalar, em muitos momentos apresenta problemas muito próximos dos de Smith como, por exemplo, elevar as possibilidades de ação em determinadas escalas, porém, praticamente rebaixando outras escalas a um nível secundário nos processos sociais.

Parece-nos um tanto quanto inocente a crítica de Wallerstein ao imaginar que as escalas não irão se encaixar, entendemos que sim, que elas irão se encaixar, e sim, se encaixarão da maior para a menor. Contudo, é preciso deixar claro o que será esse “maior” e “menor”. Ora, se estamos falando que as escalas são socialmente construídas e articuladas para que possa privilegiar um determinado agente hegemônico, o “maior” e “menor” não partirão do princípio de extensão física e sim da potência do processo que as originaram, é sua potencia que dirá se é maior ou menor, é essa relação que irá ditar a um determinado campo se ele esta em uma posição do mandar ou do obedecer. O encaixe irá acontecer, mas para isso, tais peças serão moldadas a todo o momento porque sua fabricação acontece dentro do *Bloco Histórico*, logo, é processual.

Nem sempre tal encaixe será “natural”, na verdade, tal encaixe na maioria das vezes será feito a força, ele não precisa ter uma coerência lógica, ele só precisa garantir a reprodução da hegemonia. São essas as verdadeiras articulações que essas escalas tomam em sua forma real e que moldam as relações sociais, políticas e econômicas no mundo.

Apesar de algumas críticas, Smith, Brenner e Wallerstein nos ajudam a compreender a importância de não ver o uso das escalas como uma estratégia neutra de ideologia, a composição e organização de uma determinada estrutura escalar vai nos dizer muito sobre qual tipo de espacialidade está sendo construída:

Certamente, há uma relação estreita, e muitas vezes intencional instrumental, entre, de um lado, as narrativas escalares, para utilizar uma expressão já empregada por Swyngedouw (1997), isto é, análises das relações escalares involucradas em

processos sociais, econômicos e políticos, e, de outro lado, as estratégias e propostas de intervenção/ação que privilegiam tais ou quais escalas (VAINER, 2006, p.17).

A escolha da escala e sua articulação interna sempre será uma escolha política e terá interferência direta na forma que o planejamento irá tomar. Escolher uma escala como ponto de partida para a análise e/ou para ação no território é ocultar ou expor problemas em detrimento a outros é colocar como problemas de primeira ordem certas coisas e relegar a um segundo plano outras, é privilegiar um grupo em detrimento a outro.

Neste interim, pensamos assim como Vainer (2006) que as escalas não seriam uma categoria que parte de uma indeterminação absoluta como pode parecer, mas é a partir das contradições e conflitos engendrados nas relações sociais que se dão as escalas que se farão dominantes.

Não se trata de sugerir que estaríamos diante de uma indeterminação total e absoluta, tão ao gosto dos pós-modernos, impedimento de qualquer teoria abrangente. Certamente, há bases históricas e materiais, generalidades e dinâmicas que estruturam os processos e suas escalas; mas esses processos são também, necessariamente, processos contraditórios, conflituosos, determinados ou condicionados igualmente por embates em torno da legitimação e imposição (simbólica e política, econômica, cultural) de escalas dominantes (VAINER, 2006, p.17).

E conclui o autor:

As escalas não são apenas socialmente construídas ou engendradas, como também, e sobretudo, estão permanentemente em questão, campo e objeto de disputas e confrontos entre diferentes agentes que propõem diferentes escalas e em diferentes escalas se dispõem – seja para conservar seja para transformar o mundo e as escalas que o organizam. (VAINER, 2006, p.17).

Por conseguinte, as escalas seriam assim como o capital, evidentemente estruturas estruturadas e estruturantes, pois fica claro para nós que as bases dos conflitos e confrontos sociais ocorridos no mundo são organizadas de forma escalar, porém, tais escalas são originárias de outros conflitos passados.

### **DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ESCALA À ESCALA DE AÇÃO:**

A partir das questões levantadas anteriormente sobre as escalas, afirmamos que para nós elas não são dadas e não existem antes do acontecer social, elas são criadas a partir de relações sociais e das forças que recortam um referido campo inserido em uma trama social, por isso, a escala também é uma relação de poder por ser uma relação e por ser constituída dentro de um campo de forças.

Souza (2013) tem uma proposta interessante de interpretação da Escala, o autor a subdivide em três tipos são elas: a escala do fenômeno que corresponde a um objeto real e sua abrangência física no mundo pode ser um rio, um país, etc., porém quando analisados

fenômenos sociais é necessário se interpretar algumas sutilezas; escala de análise a qual tem ordem semelhante a ordem que existe entre um objeto real e sua relação com o objeto conhecido, não sendo uma relação “de espelho” entre ambos, mas sim algo construído em uma relação dialética entre sujeito e objeto; e escala de ação sobre a qual o autor afirma que se refere principalmente a agentes/sujeitos sociais e suas práticas pensadas estrategicamente afim de reorganizar uma referida questão social.

Aprofundando um pouco mais sobre a escala da ação, afirma o autor:

A escala de ação diz respeito a um aspecto específico e muito diretamente político: aquele referente, em um raciocínio eminentemente estratégico, à reflexão acerca do alcance espacial das práticas dos agentes. É, portanto, um tipo de escala que se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações (em geral coletivas) e ao papel de agentes/sujeitos. (SOUZA, 2013, pág. 182).

Todas as questões sobre a escala nos mostra que sempre se busca por parte dos agentes que se articulam dessa maneira, aumentar a amplitude de seu campo de ação, não apenas atingindo as maiores, regional, nacional, global/internacional, mas também garantindo a sua reprodução nas menores, na comunidade, no bairro, na rua e até mesmo no corpo, pois é a interação entre as diversas possibilidades multiescalares, não excluindo nenhuma delas, que cria uma força, seja de mudança ou permanência de uma situação, isso vai depender do objetivo do agente, capaz de criar espaços concisos e solidários ao propósito do agente.

Sendo assim, compreender as escalas de ação e intervenção como um campo em disputa e entender as diversas narrativas escalares que existem neste embate se fazem necessário, pois somente assim entenderemos a lógica de como e porque se dão determinados processos de desterritorialização orientados pelo Estado, pelo capital e por grupos hegemônicos e poderemos desta forma reconhecer também quais os grupos privilegiados e quais os grupos excluídos nesse processo muitas vezes ditos de desenvolvimento, quando na verdade (des)envolvem o local e as pessoas que nele vivem.

## **ESTADO: UMA ESCALA ESSENCIAL DA AÇÃO**

Há, a muitos anos, para além inclusive da Geografia enquanto ciência crítica um conflito de ideias sobre ações escalares, mesmo que algumas vezes a escala passe despercebida, mas ela está ali, é o caso da Revolução Russa entre o conflito de projetos entre a “Revolução Permanente” de Leon Trotsky e o “Socialismo num só País” de Joseph Stalin. Segundo Vainer (2006) esse tipo de embate criou ramificações e que desencadeiam formas de pensamento que criam duas correntes sobre o tema, os “globalistas” e os “localistas”.

Ambas as correntes têm em comum um certo desprezo pela escala nacional relegando ela a segundo plano. Mas como podemos renegar tanto esta escala se ela historicamente é articulada por um agente soberano dentro de um país e cuja as ações políticas da nação partem de dentro dele? E pensando assim, Vainer (2006) diz que apesar das duas correntes que foram as principais fontes dos debates, precisamos, se quisermos ter um debate sério sobre escalas, considerar também uma terceira via que deposita grande relevância ao Estado-nação, segundo ele:

A revisão do debate sobre escalas da ação política não poderia completar-se, contudo, sem uma menção à resistência dos que reivindicam a centralidade da escala nacional como única capaz de propiciar resistência efetiva ao processo de dissolução das soberanias e, mais que isso, de dissolução cultural e societária a que parece nos condenar a globalização (VAINER, 2006, p.144).

Para esta corrente, tanto globalistas quanto localistas direta ou indiretamente fazem o jogo da globalização que para eles hoje tem como ponto de ataque prioritariamente diminuir a força do Estado Nacional, que é quem tem, segundo eles, as condições de viabilizar a construção de alternativas viáveis ao capitalismo que sejam simultaneamente globalitário e fragmentador.

Santos (2000) descreve muito bem porque estes “nacionalistas” colocam a escala do Estado-nação no centro do debate:

O que reclamar do poder local vistos os mitos de suas competência; que reivindicar aos estados federados; que solicitar eficazmente aos agentes econômicos globais, quando se sabe que estes podem encontrar satisfação aos seus apetites de sua operação? Para encontrar um começo de resposta, o primeiro passo é repassar às noções de nação, solidariedade nacional e Estado Nacional (SANTOS, 2000, p.95).

O grupo de pensadores desta corrente considera a escala nacional como sendo a escala que consegue transitar entre as escalas local e a global, pois acreditam que o Estado Nacional é o agente que consegue dialogar com maior qualidade em uma forma interescalar, dialogando tanto com agentes locais como com agentes globais e a partir destes diálogos o Estado consegue gerir as suas estratégias territoriais criando sua espacialidade e sua divisão social (interna) do trabalho.

Acreditamos também ser imprescindível considerar a potência de articulação multiescalar que tem o Estado, entretanto para que isso se realize, devemos também considera-lo como um campo em disputa o qual deve agir como um denominador comum das múltiplas narrativas escalares dos variados agentes envolvidos nas relações sociais, caso contrário, a própria escala do Estado, não deixa também de fazer parte, assim como os nacionalistas acusam as outras duas correntes, de uma estrutura que colabora com a ação do Global em um determinado Território. O Estado enquanto escala será o mediador entre as

forças internas e externas atuantes no Território, observa-la nos elucida como estão se dando essa correlação de forças (SOARES et al., 2016).

Temos assim três grandes escalas de ação e organização espacial, onde cada uma tem suas características próprias, mas que estão em movimento constante entre si, seja no conflito ou na cooperação, a depender da articulação dos agentes em cada uma delas, mas é certo que tal ação necessita ter a dimensão multiescalar que existe na produção do território, seja para cooperar ou para subordinar ações.

Brandão (2008), nos chama a atenção para termos o cuidado de interpretar os processos a partir de uma abordagem multiescalar, onde possamos tratar do máximo possível de elementos ali existentes evitando interpretações uni-escalares que por vezes acabam negligenciando articulações importantes dentro do território:

Todas as análises e possibilidades de construção de pactos e contratos territorializados devem conceber o território não como mera variável de análise, um dado da realidade ou um sítio fixado, mas como uma construção social, por natureza conflituosa; uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetória histórica em aberto. O território é unidade privilegiada de reprodução social, denominador comum, desembocadura, encarnação de processos diversos e manifestação de conflitualidades. É por isso que não se pode ter uma visão uni-escalar. A abordagem multiescalar provê enfoques de observação passíveis de revelar as articulações e mediações entre os cortes local, regional, nacional etc. Nesse sentido, selecionar a escala mais conveniente dos problemas faculta melhor diagnosticá-los e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas sobre como enfrentá-los (BRANDÃO, 2008, p.154).

Sendo assim, pensamos como Swyngedown que a reconfiguração das escalas de poder é sim um elemento definidor da contemporaneidade e por isso, interpretar corretamente os embates que ocorrem nessa arena é decisivo. Para isso, a interpelação entre as escalas, global, regional, local, nacional e todos os projetos existentes dentro de cada um deles é crucial, pois entendemos que o verdadeiro poder está hoje na capacidade que alguns agentes tem de articular o máximo possível das escalas já transcendendo assim os limites de articulação que cada escala possui e utilizando o que cada uma pode dar de melhor aglutinando essas características em estratégias políticas multiescalar.

Apesar do domínio das ações nesses níveis de recortes multiescalares por muito tempo terem sido acionadas, configuradas e reconfiguradas por grupos econômicos hegemônicos a fim de perpetuar o *status quo*, o uso desse instrumento não pode ser encarado como uma exclusividade desses grupos nem por pesquisadores e muito menos pelos movimentos sociais. A história das lutas dos Movimentos Sociais pelo mundo, e na Amazônia não foi diferente, nos mostra o quanto aprender a manusear estratégias escalares é importante para a resistência dos vários povos que aqui vivem e que sempre foram sufocados por políticas exploratórias.

É a partir do momento que os movimentos conseguem estar assim como o Capital, agindo em um maior número de frentes, Estado, mídia, Universidades, centro de pesquisas, ONG, fóruns econômicos e mundo afora que se podem estabelecer formas de enfrentamentos eficazes contra as desigualdades criadas pelo sistema, formas modernas de *empates*. Vejamos agora o exemplo de estratégias utilizadas pelo MXVPS nesse conflito socioambiental.

### **HISTÓRIA E ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA NO XINGU:**

Em meados da década de 1970 ainda dentro do período de ditadura militar, a recém-criada Eletronorte, cria um inventário sobre as potencialidades hidrelétricas na bacia hidrográfica do rio Xingu. Neste trabalho foram localizados locais que eram possíveis de se criar barramentos. Estes estudos ficaram a cargo da empresa Camargo Correia, que a época já era uma das principais empreiteiras a serviço do Estado brasileiro.

Ao tomarem ciência do projeto para a região e como este os atingiria, diversos grupos indígenas e membros da sociedade civil se opuseram ao projeto procurando formas de denunciar os crimes que seriam cometidos contra os povos tradicionais e contra o meio ambiente caso a obra tivesse prosseguimento. Com o apoio de ONG's e pesquisadores em diversas Universidades, ampliaram o nível da denúncia conseguindo viajar aos Estados Unidos, participando de eventos sobre impactos ambientais, tema que começava a tomar grandes proporções mundialmente devido às sucessivas crises econômicas e a forma destrutiva de exploração da natureza que começava a apresentar graves efeitos sociais.

Após o período de denúncias internacionais sobre os impactos ambientais ao regressarem ao Brasil outras entidades passam a se mobilizar juntamente ao Movimento em defesa do Xingu, como foi o caso do Centro Ecumênico de Documentação e Informação o qual mobilizou a opinião pública sobre o tema e ajudou na defesa jurídica contra a repressão que os membros do Movimento recebia do Estado por suas ações.

A repercussão da resistência no Xingu levou grupos organizados de outras regiões do país que também eram acometidos pelos mais diversos efeitos do capital a se aproximarem, levando a experiência das lutas a ganhar força em nível nacional. A partir desse momento surgiu a ideia de se fazer um encontro sobre os atingidos pelo projeto da UHE de Belo Monte, indígenas, movimentos sociais, organizações civis, local, nacional e internacional convidaram representantes do Estado para participarem do evento e esclarecer quais os seus planos para o rio Xingu, em 1989 foi realizado em Altamira o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. Esse tipo de ação começou a mostrar a capacidade de articulação escalar dos Movimentos, que passaram a conseguir articular, tanto a escala nacional quanto a internacional para um



processo que acontecia em uma porção da Amazônia, tal articulação muda o patamar dos Movimentos Sociais no Xingu, representados e ouvidos agora no Brasil e no Mundo.

Após as ações aqui relatadas o projeto hidrelétrico para o rio Xingu sucumbiu aos anseios da população local e da opinião pública e acabou passando por grandes alterações em sua composição para atender as demandas exigidas, isso levou o projeto a se arrastar por toda a década de 1990 somente apresentando a capacidade de voltar à tona no início dos anos 2000, primeiramente dentro do Plano Plurianual 2000-2003 nomeado de Avança Brasil dentro do governo Fernando Henrique Cardoso, momento pelo qual o país enfrentava grave crise energética que culminou em vários “apagões” país a fora e posteriormente volta com força no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Alguns fatores são importantes serem elucidados aqui durante o processo inicial das lutas contra a UHE de Belo Monte, entre eles a capacidade de mobilização em outras escalas e em vários campos que começa a surgir dentro do Movimento que permite a eles transcender os limites locais de interpretação e da ação política contra o projeto; e a possibilidade de construção social que a sociedade civil organizada de um lugar que parecia sem esperança e que sempre foi invisibilizada aos processos decisórios descobre ter a partir de articulações multiescalares que dão visibilidade aos seus anseios e mostra para o mundo que a Amazônia, não é um “vazio demográfico”, ela tem uma variedade cultural rica e todas elas formam o mosaico social que é a região. No tocante a este tema, os movimentos sociais foram de suma importância, pois se a vida se apresenta difícil hoje para essas pessoas que são diariamente, humilhadas, deturpadas e vilipendiadas por agentes econômicos que atuam na região em prol de um progresso que nunca os atinge, sem essas articulações a Amazônia seria hoje um grande buraco, sem vida, sem riquezas e sem esperança.

Os Movimentos Sociais envolvidos às questões referentes a criação da UHE Belo Monte continuam criando ações afirmativas bastante contundentes dentro da área de influência direta do empreendimento, como foi o caso da tentativa de privatização da gestão da água e saneamento do município de Altamira ou nas denúncias das compensações que não estão sendo entregues a população. E mesmo após tantos anos a sociedade civil continua seu intento realizando o enfrentamento direto contra o Estado e o consórcio responsável pelas obras e os investidores nacionais e internacionais que eles representam.

Atualmente as ações dentro de áreas de influência direta do empreendimento são essenciais à luta dos Movimentos Sociais contra a UHE Belo Monte, pois são essas ações que mostram como mesmo com o andamento das obras, grande parte da população não está satisfeita com a forma na qual o projeto vem sendo posto a população local. É esse

movimento local que indica o *start* para que outras ações sejam criadas em outras escalas, sendo esse o grande diferencial na nova forma de atuação dos Movimentos Sociais no enfrentamento de projetos desenvolvimento orientado pelo Estado e pelo grande capital no século XXI, sua capacidade de romper as fronteiras das práticas locais no exercício da resistência.

### **ORGANIZAÇÃO E *MODUS OPERANDI* DO MXVPS.**

Atualmente os Movimentos Sociais adquiriram uma complexa forma de organização a qual modificam suas ações conforme seu entendimento da complexidade dos processos em que estão inseridos. Neste ínterim, algumas *frentes de ações* são identificadas como essenciais para a resistência na região pelo MXVPS e é a partir delas que se organizam as ações do Movimento em diversos campos acionando várias escalas. São elas: a *frente científica*, que respalda e legitima a fala dos Movimentos aos moldes técnicos e mostrando a partir dele a insustentabilidade econômica, ambiental e social da UHE Belo Monte; a *frente jurídica* que expõem as ilegalidades e os descumprimentos legais da obra; a *frente de comunicação* que faz as denúncias chegarem ao povo em uma linguagem mais formal sobre todos os impactos da obra e seus abusos que acontecem sobre a ordem do Estado e do capital envolvido na obra, além dos casos de corrupção que envolve o empreendimento; e a *frente política* que é responsável por organizar as bases, orientando, deliberando e mobilizando as ações contra o projeto.

Há uma grande articulação entre todas as *frentes* e essas por sua vez são organizadas pelo diálogo dentro da *frente política*, contudo, todas elas têm um relativo grau de independência e os membros atuantes em cada uma dessas ramificações tendo suas conexões com outras redes de mobilizações. Vejamos como se organizam e como funciona a ação dentro desses frentes.

O campo científico que organiza de forma a legitimar as contradições sobre a égide da “verdade” além do enfrentamento direto em oposição ao projeto de modernidade proposto pelo Estado enfrenta também, segundo membros do MXVPS, o descrédito criado pelas forças acionadas pelo Capital que tentam invalidar o discurso dos especialistas muitas vezes deixando de lado inclusive as questões científicas e usando o discurso de que o que os cientistas estão fazendo não é um trabalho científico e isento, como a ciência deve fazer (ou pelo menos como o discurso diz que ela faz), mas que eles estão fazendo um discurso “ativista”, poluído de ideologia e sem validade.

Ainda sobre a atuação dos cientistas junto ao Movimento Social um dos membros que atuam na *frente científica* ressalta um grande cuidado que no geral os Movimentos precisam ter na relação com a ciência.

Olha... a nossa relação com a academia e com os pesquisadores de modo em geral sempre foi muito boa e todo o trabalho deles foi muito importante pra gente. Mas quando a gente tá enfrentando esses grupos que nós enfrentamos eles buscam de qualquer forma desqualificar os pesquisadores. Eles logo dizem: “Ah! Eles falam essas coisas porque é militante” e acaba que desqualifica o trabalho. A gente aqui acha muito importante o trabalho do pesquisador, muito mesmo! Mas esse é um cuidado que a gente tem que ter pra não perder força, porque eles sempre desqualificam e fazem de tudo pra refutar a validade do papel da ciência que dialoga com os Movimentos Sociais e enfraquecer a nossa luta. (M.B, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Altamira, Entrevista em setembro de 2015).

Ao assumir uma postura crítica, uma posição diferente do que a ciência usualmente produz, investigando, divulgando e produzindo outro olhar sobre projetos de desenvolvimento pautado no diálogo com os povos tradicionais e os Movimentos Sociais, eles estão reconfigurando o campo científico, colocando novos elementos na sua composição, dando assim visibilidade a temas que são centrais a essas populações, mas que no entanto estavam a margem dessa arena.

Todo o esforço dos Movimentos, aliado a contribuição valorosa dos cientistas tem levado a sociedade à possibilidade de tomar conhecimento sobre os acontecimentos e a atuação do Estado no planejamento e realização desse empreendimento. Esse esforço de identificar as contradições da UHE Belo Monte levou a criação de vários debates públicos sobre o processo que vem acontecendo. Entretanto, segundo membros do MXVPS há por parte do Estado uma tentativa de esvaziar o debate contribuindo para a desfiguração da esfera pública e a democracia na sociedade brasileira crescente nos últimos anos (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2011).

A atuação da ação conjunta entre os pesquisadores e os Movimentos Sociais faz com que esse campo deixe de ser, assim como os outros um monopólio dos interesses de empresários e do Estado, fazendo com que o campo se expanda e seja recriado em termos conflitantes em disputa.

A *frente científica* é responsável por ser o elo entre a linguagem científica e a fala dos povos tradicionais que embora sejam ricos em conhecimento é tida como um conhecimento menos valoroso, pois o mesmo não tem validação científica, então seria dessa frente a função de fazer com que o conhecimento desses povos seja reconhecido como conhecimento científico. Ela também é responsável por dar “retoques” ao discurso elaborado pelos povos tradicionais para que suas perspectivas de mundo usem a linguagem e os signos

que a ciência exige. São movimentos contraditórios, porém complementares e assim de extrema importância para a reconfiguração do campo em disputa.

Na *frente de comunicação* do MXVPS nos são apresentados dados sobre a forma de organização e da tomada de decisões dentro do Movimento nos indicando a complexidade de formas e grupo de pessoas que estão envolvidas e que a unidade da luta vem se constituindo contra o modelo de desenvolvimento que é imposto para a população.

Aqui no MXVPS temos a nossa forma de se organizar, o nosso jeito próprio, mas temos muitas ramificações que se organizam de maneira própria também. Essa liberdade faz com que a luta ganhasse ainda mais complexidade, fez com que muitos grupos passassem a existir como o Comitê Metropolitano Xingu Vivo que funciona em Belém, mas também temos em São Paulo e em outras partes do mundo, cada um com a sua forma de atuação. (A.M, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Altamira, Entrevista em setembro de 2015).

Ela é responsável por passar todas as informações sobre a UHE Belo Monte para o Brasil e o Mundo, além de mobilizar ações, seminários, passeatas e protestos, conta com a internet para fazer circular tais informações, via redes sociais que a cada dia cresce sua abrangência. Para viabilizar tudo isso, hoje o movimento conta com a ação do chamado “ativismo virtual”, o qual hoje é uma forma muito eficaz para divulgar causas, reivindicações e organizar e mobilizar protestos.

A ação do Movimento via internet e outras formas de informação são medidas para a mobilização e organização, mas que precisam mostrar força nas ruas e reverberar verdadeiramente pela sociedade, transcendendo o plano das virtualidades, são mobilizações que necessitam tomar sentidos práticos, sob a forma de passeatas ou protestos e isso é reconhecido pelo Movimento quando nos relatam a ação do chamado “dia internacional contra Belo Monte”:

Esse ativismo virtual tem sido bastante útil pra gente porque eles conseguem chamar as pessoas para as ações. Eles usam as redes sociais, todas as possíveis! Mandam e-mail e convocam as pessoas para ir para os lugares marcados e elas realmente vão. Olha só, a gente já fez ação em quase todas as capitais do país. As vezes a gente marca umas coisas coordenadas e acontecem. Uma vez fizemos o “dia mundial de ação contra Belo Monte” e a gente recebeu apoio em muitos lugares pelo mundo! Foi uma coisa que nos impressionou e deixou feliz em saber que temos tanta gente assim do nosso lado. (A.M, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Altamira, Entrevista em setembro de 2015).

A mobilização encontra muitas dificuldades uma vez que as grandes mídias poucas vezes dão ouvidos para a opinião e manifestação desses grupos, geralmente para conseguirem atenção os movimentos buscam medidas extremas como nos foi relatado.

A gente usa as redes sociais, os blogs e outras fontes alternativas porque a mídia que nós temos no país de rádio, televisão, jornal, revistas, sempre que pautam uma reportagem sobre Belo Monte sempre procuram a empresa responsável pela obra. Aí você já viu né?! Tudo é lindo e tudo eles querem resolver e não é bem assim na verdade. Então quando queremos chamar a atenção desses grupos a gente faz

alguma ação do tipo, ocupa a sede da ELETRONORTE, o canteiro das obras e aí eles aparecem pra falar com a gente. Só quando radicalizamos. Poucas vezes, eu particularmente lembro de uma ou duas vezes, que eles procuram a gente pra ouvir o que temos a dizer sem a gente precisar usar dessas medidas drásticas. Quando fazemos essas ações a imprensa chega a gente sempre diz que não podemos falar o porquê da ação e só quem pode dar essas informações é o pessoal de Altamira, aí eles ligam pro MXVPS de lá e aí a gente é escutado nas nossas reivindicações. (D.M, CXVPS, Belém, Entrevista em outubro de 2015).

Outra ação organizada por essa frente foi contra os bancos que financiam a UHE Belo Monte com a campanha “Belo Monte, com meu dinheiro não!”. Realizada através da internet foram levadas várias assinaturas de pessoas contra o uso do dinheiro de instituições financeiras nas obras devido os impactos sociais e ambientais que ela causa. A campanha visou mostrar para as instituições financeiras como a imagem dos Bancos pode ficar manchada ao participar de empreendimentos sem responsabilidade social principalmente em se tratar de uma área como a Amazônia e como isso poderia representar negativamente para as ações das entidades financeiras e em seu valor na bolsa de valores.

Essa estratégia de dialogar com as instituições financeiras tem surtido efeito em empreendimentos pela Amazônia como no caso das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Estado de Rondônia, quando o Banco Santander, um dos maiores Bancos do mundo que financiava os empreendimentos no Rio Madeira desistiu de ter participação na obra. O banco alegou preocupação com os possíveis impactos e afirmou que só voltaria ao negócio caso novos estudos de impactos sociais e ambientais fossem realizados pelas autoridades brasileiras. Entretanto, o caso da UHE Belo Monte, apesar das manifestações, não teve os mesmo efeitos, uma vez que o Banco que financia as obras é o BNDES, banco estatal que responde antes às ordens políticas do planejamento neodesenvolvimentista do Estado Brasileiro (LEITE et al., 2018).

A *frente de comunicação* apresenta inúmeras formas de ação praticada pelo Movimento, utilizam das modernas formas de divulgação como a internet para dar mais visibilidade a luta contra a UHE Belo Monte. Contudo, o Movimento deixa claro em seu discurso que entende esse como meio e não fins para suas ações, que estes são meios estratégicos muito importantes para poder inserir a sua perspectiva sobre o tema e contrapor esta contra a perspectiva hegemônica amplamente difundida.

A união entre o ativismo virtual e o ativismo de rua tem sido muito relevante para recompor e alargar a esfera da informação desvelando este terreno como um campo de poder, de conflito entre grupos sociais distintos, assim essa frente produz, reelabora e divulga discursos sob o ponto de vista dos atingidos, contrapondo não apenas visões diferentes sobre o empreendimento, mas colocando em confronto perspectivas de desenvolvimento diferentes.

O *campo jurídico* se compararmos com as redes criadas a partir das outras frentes provavelmente é a com menos ramificações, entretanto, se sua rede é menos complexa, não podemos dizer que a atuação dos agentes nessa frente é menos atuante do que as outras. Hoje o Ministério Público Federal – MPF e o Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos - SDDH tem contribuído bastante no enfrentamento trazendo várias vitórias para o Movimento com a judicialização da luta.

Sobre essa “batalha judicial” travada em torno da UHE Belo Monte, um membro da SDDH nos relata como se deu o seu início.

Quando o Estado colocou a construção da UHE Belo Monte como uma das mais importantes obras do PAC foi o momento que eles colocam a obra para funcionar a qualquer custo. Para que a Obra fosse iniciada precisava passar pelo Congresso porque ela fica em área indígena, foi nesse momento que o MPF entrou em cena, em um primeiro momento interessado apenas que fossem cumpridas as leis e seguidas e respeitadas as regularidades. (F.P, SDDH, Belém, Entrevista em outubro de 2015).

Toda a batalha judicial travada tem refletido as contradições do projeto de desenvolvimento nacional imposto as populações locais e o profundo desrespeito aos seus direitos que tem sido posto de lado sobre o discurso de que isso servirá a um “bem maior” que seria o desenvolvimento das forças produtivas do país. Toda a opressão referente a este processo tem sido reconhecida por parcela da justiça como sendo uma afronta aos direitos humanos o que levou a várias paralizações das obras da UHE Belo Monte em diversos momentos.

A atuação dos agentes jurídicos em prol dos Movimentos Sociais tem vezes incomodado as autoridades brasileiras responsáveis pelo empreendimento, eles afirmam que todas as paralizações judiciais da obra geraram graves prejuízos ao país e um retardo à realização das obras infraestruturais que o país necessita. Até hoje já foram impetradas 25 ações contra UHE de Belo Monte, esse dado mostra o quanto o campo jurídico é uma arena importante de disputa e mostra também o quanto a arena é feita de relações assimétricas, mas que o Movimento cada vez mais ocupa esse espaço que lhe era negado. O protagonismo do MPF tem ampliado consideravelmente a ação do MXVPS contra a Usina.

Além da atuação judicial outra atuação importante dos membros da *frente jurídica* é relacionada com a segurança proporcionada para o Movimento em momentos de mobilizações que em vários casos tornam-se perigosos para a integridade dos manifestantes.

Teve uma vez que a gente fechou o caminho pro Sítio Pimental e a ROTAM foi chamada para tirar a gente de lá, então chegou um Capitão deles lá e disse pra gente na frente de todo mundo que se a gente não saísse da estrada em meia hora que eles iam tirar a gente na base da porrada. A gente alegou que só sairíamos com um mandato e que sem isso a gente poderia continuar ali, ele retrucou, xingou e disse que o mandato era o cassetete dele. Aí já viu né?! Começou a discussão e quando os ânimos estavam se exaltando o carro do MPF chegou com o Doutor que ia nos

acompanhar e o Capitão que tava ameaçando a gente sumiu! Ele literalmente sumiu (risos)! Ainda passamos mais de 24 horas obstruindo a passagem e sem eles poderem fazer nada já que o MPF estava lá com a gente, e eles ficaram lá nos acompanhando até a chegada do mandado. (A.M, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Altamira, Entrevista em setembro de 2015).

A relação entre o MXVPS e agentes atuantes no campo jurídico como o MPF e as ONG's tem proporcionado a tentativa de ampliar a questão da democracia e da cidadania no país buscando reinventar a esfera pública para que se estenda a garantia dos direitos sociais e da cidadania, direitos que na história do Brasil tem se caracterizado na verdade como privilégios.

A forma da organização do MXVPS em diversas *frentes* tem possibilitado não somente a resistência por parte do Movimento, resistência no sentido de apenas se defenderem dos processos que tanto os atacam, mas também tem possibilitado a eles organizar ações afirmativas, efetivamente propondo algo, assim contribuindo para a reconfiguração de campos que historicamente são usados como instrumental pelo grande Capital para a legitimação da exploração indiscriminada de recursos naturais e de pessoas. Isso faz com que seja modificada sua estrutura interna, fazendo com que eles mudem de *status* de campo dominado por um agente para campo em disputa, abrindo assim a possibilidade de uma construção efetivamente social e justa do lugar em critérios que não levem em consideração apenas as questões econômicas, mas também uma efetiva possibilidade de melhoria nas condições de vida das pessoas que vivem na área de influência da UHE de Belo Monte.

### **AS POLÍTICAS DE ESCALAS ENQUANTO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA.**

A capacidade de articulação escalar na construção dos processos foi por muito tempo monopólio das forças produtivas do Capital que desde suas origens usam dessa forma de composição escalar em suas ações para se organizar ampliando sua reprodução e extraíndo das pessoas e das regiões a mais-valia e a sua capacidade produtiva.

Contudo, atualmente verifica-se na sociedade civil organizada na Amazônia do início do século XXI, um amadurecimento na capacidade de se reerguer contra o projeto de dominação e subordinação impetrado historicamente pelo Capital para a região a partir do momento em que a habilidade de compreender e articular as múltiplas variáveis existentes dentro da problemática que estão envolvidos passa a fazer parte do *modus operandi* dos Movimentos Sociais, através das políticas de escalas, o tem ampliado a sua capacidade de

ação, reconfigurando os vetores técnicos hegemônicos (QUARESMA et al., 2015) em favor de novos usos do território (SOARES et al., 2018).

Através das políticas de escalas os Movimentos Sociais, como o MXVPS no caso específico de nosso estudo, não somente passa a ser ouvidos, como garante a eles a partir da força e do tensionamento, a condição de intervir na organização territorial, deixando estes de serem apenas atingidos pelos impactos do projeto, mas dando-lhes condições agora para serem reconhecidos como agentes territoriais que buscam garantir a sua condição de existência e reprodução social.

O uso de políticas de escala na prática dos Movimentos é reconhecidamente uma importante estratégia que ao se tornarem ações concretas realizadas integrando além do local, os agentes atuantes nas escalas nacional e mundial, colocam os movimentos populares inclusos no debate. Isso tem possibilitado uma reconstrução dos Movimentos Sociais como paradigmas nas lutas, não só no campo, como também nos centros urbanos.

A atual organização das lutas do MXVPS aponta para uma resistência que não está somente circunscrita a enfrentamentos em ações locais espacialmente, como já foram no passado, mas também passaram a serem voltadas para questões mais amplas e estruturais que envolvem a construção da UHE de Belo Monte, questões ligadas a macropolítica e a bolsa de valores por exemplo.

Continua a existir uma preocupação por parte dos Movimentos em pensar o local, mas agora instrumentalizado por lógicas e dinâmicas inseridas num contexto nacional e mundial que carece de atenção, isso não necessariamente leva a uma simples valorização de um local que se constitui como palco e condição/possibilidade para inserção no mundo da mercadoria e no processo de mundialização das relações sociais de produção, mas também a uma nova forma de pensar como se constitui o local.

Assim como as escalas possibilitaram a criação de um sistema-mundo articulado através da exploração do trabalho que foi e continua sendo base do atual projeto capitalista para a Amazônia, sob o controle dos Movimentos Sociais elas nos apresentam hoje possibilidades, possibilidades de deixarmos de sermos explorados e tomarmos as rédeas da reprodução de nossas próprias vidas. Ainda precisamos sofisticar nossas ações e práticas, pois o Capital também o faz, mas acreditamos que exemplos como o do MXVPS nos mostram uma direção.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos. **Pacto em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento**. Organizações & Sociedade (Impresso), v.15, p145-157, 2008.
- BRENNER, Neil. **Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana**. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, 2013. n°33, pp. 198-220, 2013.
- LEITE, Alegria dos Santos; SOARES, Daniel Araújo Sombra; CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de; LOBATO, Mateus Monteiro; MORAES, Sérgio Cardoso de. **Contribuições para a análise da integração internacional da Amazônia pela perspectiva da renda diferencial**. Revista Observatorio Latinoamericano de la Economía, Málaga, jul. 2018.
- MAGALHÃES, Sônia; HERNÁNDEZ, Francisco. **Ciência, cientistas, Democracia Desfigurada e Licenciamento Ambiental sob Constrangimento**. In: ZHOURI, Andréa. (org.). As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- QUARESMA, Madson; SOMBRA, Daniel; LEITE, Alegria; CASTRO, Carlos. **Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial**. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 143-168, set./dez. 2015.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4ª Edição. São Paulo: Record, 2000.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOARES, Daniel Araujo Sombra; LEITE, Alegria dos Santos; LOBATO, Mateus Monteiro. **Estado e capital: subsídios para a compreensão analítica do protagonismo do Estado brasileiro no rearranjo espacial da América do Sul**. Revista GeoAmazônia, Belém, v. 4, n. 7, p. 47-77, jan./jun. 2016.
- SOARES, Daniel Araujo Sombra; MOTA, Giovane da Silva; LEITE, Alegria dos Santos; CASTRO, Carlos Jorge Nogueira de. **A reterritorialização pesqueira no estado do Pará: reprodução contraditória de relações capitalistas**. Revista de Geografia (Recife), Recife, v. 35, n. 2, p. 243-267, 2018.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa-socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- VAINER, Carlos. **Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas de ação política**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 2006, vol. 8, n.2, p. 9-29.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.